

O Mediterrâneo num Contexto de Competição Estratégica

A Guerra dos EUA e Israel contra o Irão: consequências estratégicas para os Estados do Golfo

José Pedro Teixeira Fernandes

O conflito no Irão e as repercussões estratégicas no Mediterrâneo

Corina Lozovan

Pressão na Europa, tensão no norte de África e um possível “novo Irão”.
O impacto da guerra no Médio Oriente sobre o Mediterrâneo

Cátia Bruno

A Síria entre fragmentação interna e interesses internacionais

Paula Pereira

DIRETORA

Isabel Ferreira Nunes

COORDENADOR EDITORIAL

Luís Cunha

CENTRO EDITORIAL

Filipa Teles

DESIGN EDITORIAL

Núcleo de Desenho do IDN - Paulo Jorge Pereira

PROPRIEDADE, DESIGN GRÁFICO E EDIÇÃO

Instituto da Defesa Nacional

ISSN 2182-5327

Depósito Legal 340906/12

O Mediterrâneo num Contexto de Competição Estratégica

A Guerra dos EUA e Israel contra o Irão: consequências estratégicas para os Estados do Golfo

José Pedro Teixeira Fernandes

Investigador associado do IDN
Investigador do IPRI-Nova
Professor-coordenador do ISCET

A guerra dos EUA e Israel contra o Irão, desencadeada a 28 de fevereiro de 2026, teve – e continua a ter – consequências maiores para o Médio Oriente, e, em particular, para os Estados árabes do Golfo Pérsico. Os membros do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) ficaram profundamente vulneráveis aos efeitos do conflito. A sua prosperidade, assente nas exportações de energia, no investimento estrangeiro e numa perceção de estabilidade e de segurança, foi posta em causa. As infraestruturas energéticas e logísticas tornaram-se alvos de guerra, expondo fragilidades estruturais das suas economias, mas também divisões políticas e vulnerabilidades estratégicas. Analisemo-las com mais profundidade.

1. O Conselho de Cooperação do Golfo: entre a convergência e o desalinamento

O Conselho de Cooperação do Golfo, que integra a Arábia Saudita, os Emirados Árabes Unidos, o Qatar, o Kuwait, o Bahrein e Omã¹, surgiu nos anos 1980 no contexto da guerra² entre o Irão e o Iraque. Apesar dos interesses de segurança comuns, há diferentes perceções sobre o Irão como ameaça, formas distintas de relacionamento com os EUA (e Israel) e modelos económicos concorrentes. Na área energética, a recente decisão dos Emirados de abandonarem³ a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) mostra as divisões.

¹ Gulf Cooperation Council (2026) Member States. Disponível em: <https://www.gcc-sg.org/en/AboutUs/MemberStates/Pages/default.aspx> (Acedido em: 16 de maio de 2026).

² Gulf Cooperation Council (2026) Founding Day. Disponível em: <https://www.gcc-sg.org/en/AboutUs/Pages/FoundingDay.aspx> (Acedido em: 16 de maio 2026).

³ Mansour, H.A. (2026) “The United Arab Emirates’ OPEC Exit: Strategic Implications for the Gulf Order”, Middle East Forum, 1 de maio. Disponível em: <https://www.meforum.org/mef-online/the-united-arab-emirates-opec-exit-strategic-implications-for-the-gulf-order> (Acedido em: 16 de maio 2026).

Uma consequência maior da guerra foi a interrupção quase total da circulação marítima, afetando as exportações de petróleo e gás natural liquefeito. Provocou ruturas logísticas e quebras acentuadas do produto nacional bruto⁴. Ao mesmo tempo, tornou mais visíveis fraturas anteriores. Os Estados mais dependentes da navegação comercial no Estreito de Ormuz – como o Qatar e o Kuwait – evidenciaram uma vulnerabilidade mais elevada do que outros, como a Arábia Saudita e os Emirados. No caso do Qatar, cuja riqueza depende das exportações de gás natural, este foi duramente afetado pelos ataques iranianos aos seus campos de gás natural. Estima-se uma redução de 17% da sua capacidade de exportação de gás natural liquefeito⁵ durante vários anos.

2. O fim do modelo económico de prosperidade dos Estados do Golfo?

A guerra expôs de forma crua a dependência estrutural das economias do Golfo face à estabilidade regional e à segurança marítima. Como notado, os prejuízos sofridos não só nas suas infraestruturas energéticas, mas também noutras infraestruturas, são elevados e as previsões apontam para quebras acentuadas da sua economia. Estimativas preliminares sobre os custos económicos da guerra, feitas para o conjunto dos Estados do CCG, apontam para 200 mil milhões de dólares⁶. Podem ainda ultrapassar significativamente esse valor se o impasse continuar ou a guerra ressurgir. Acresce que a obstrução à navegação no Estreito de Ormuz feita pelo Irão

⁴ Rutledge, E. (2026) “How severe has the economic impact of the Iran war been for the Gulf states?”, The Conversation, 14 de maio. Disponível em: <https://theconversation.com/how-severe-has-the-economic-impact-of-the-iran-war-been-for-the-gulf-states-282629> (Acedido em: 16 de maio 2026).

⁵ Reuters (2026) “Exclusive: Iran attacks wipe out 17% of Qatar’s LNG capacity for up to five years, QatarEnergy CEO says”, Reuters, 20 de março. Disponível em: <https://www.reuters.com/business/energy/iran-attack-damage-wipes-out-17-qatars-lng-capacity-three-five-years-qatarenergy-2026-03-19/> (Acedido em: 16 de maio 2026).

⁶ Kotkin, M. (2026) “Iran Conflict Hits Foundations of Gulf Economies”, Stimson Center, 12 de maio. Disponível em: <https://www.stimson.org/about/stimson/mission-vision/#> (Acedido em: 16 de maio 2026).

tornou-se uma ameaça maior à sua prosperidade.

Mais importante ainda, o conflito abalou profundamente a percepção de estabilidade e de segurança que os Estados do Golfo construíram ao longo de décadas. Eram – ou pareciam ser – espaços imunes à instabilidade e violência crônica do Médio Oriente, atrativos para o comércio, finanças, tecnologia e turismo. Contudo, a guerra estilhou essa imagem. O turismo entrou em colapso, os investidores internacionais começaram a reavaliar o risco geopolítico e inúmeros projetos de investimento foram suspensos.

3. Respostas díspares aos ataques do Irão e aos limites da proteção dos EUA

Apesar da superioridade militar dos EUA e da eficácia (parcial) dos sistemas antimíssil, a guerra revelou importantes vulnerabilidades, sobretudo na proteção de infraestruturas críticas e de instalações económicas. Perante os ataques iranianos, as respostas foram díspares. Omã e o Qatar⁷ procuram manter uma atitude estritamente defensiva e preservar os canais diplomáticos. Já países como os Emirados Árabes Unidos, sobretudo, e a Arábia Saudita, em parte, adotaram posições mais confrontacionais face ao Irão. Terão retaliado também militarmente contra alvos iranianos, ainda que de forma encoberta⁸.

No caso da Arábia Saudita, a estratégia foi uma dualidade calculada: resposta militar seletiva ao Irão, aliada à manutenção de canais diplomáticos. Já no caso dos Emirados – que se tornaram no principal alvo da retaliação iraniana – a resposta passou por um reforço da proximidade político-militar com os EUA e Israel. Pelos dados publicamente conhecidos, aumentaram igualmente a integração tecnológica e operacional com sistemas de defesa israelitas⁹.

⁷ Holleis, J. (2026) “War in Iran: Despite Iran’s attacks, Doha steps up mediation”, Deutsche Welle, 12 May. Disponível em: <https://www.dw.com/en/war-in-iran-despite-iranian-attacks-doha-steps-up-mediation-efforts/a-77133071> (Acedido em: 16 de maio 2026).

⁸ Malsin, J., Said, S. and Holliday, S. (2026) “How Secret U.A.E. and Saudi Strikes on Iran Shattered an Uneasy Coexistence”, Wall Street Journal, 15 de maio. Disponível em: <https://www.wsj.com/world/middle-east/how-secret-u-a-e-and-saudi-strikes-on-iran-shattered-an-uneasy-coexistence-2e4502b6> (Acedido em: 16 de maio 2026).

⁹ Reuters (2026) “Israel sent Iron Dome air defense systems to UAE, US envoy says”, Reuters, 12 de maio. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/middle-east/us-envoy-says-israel-sent-iron-dome-battery-personnel-uae-2026-05-12/> (Acedido em: 16 de maio 2026).

4. Entre o poder militar dos EUA e o poder económico da China

Nesta altura, os Estados do Golfo continuam ainda a ver os EUA como a única grande potência capaz de projetar força militar suficiente para conter o Irão, ainda que de uma forma parcial e problemática. Na realidade, o conflito evidencia bem os limites dessa proteção¹⁰, desde logo pelos já referidos danos nas suas infraestruturas energéticas e na sua economia. Mais problemático ainda, deixa claro como podem ser arrastados para uma guerra sobre a qual tiveram pouco (ou nenhum) controlo, e onde nem sequer têm a influência que Israel detém sobre os EUA.

À primeira vista, a China tem o caminho aberto para aumentar a sua influência junto dos Estados do Golfo. Mas não é assim tão simples. Tem uma dupla dependência de importações energéticas quer do Irão, do qual tem proximidade política, quer dos Estados do CCG. Acresce o importante comércio com estes Estados e o forte investimento aí realizado. Está colocada perante um dilema maior. Como possui interesses em todas as partes envolvidas, qualquer alinhamento claro arrisca alienar a outra parte. Assim, prossegue um deliberado *low profile*, evitando um envolvimento direto e concentrando-se na proteção dos seus interesses comerciais¹¹. Aqui há um paradoxo estratégico: a influência económica global da China cresceu muito, mas a capacidade maior de projetar poder militar no mundo continua a ser dos EUA.

5. Reflexões finais

Para os Estados do Golfo, a guerra foi um abalo nos alicerces do modelo construído nas últimas décadas. Evidenciou como a prosperidade económica sem defesa autónoma constitui uma vulnerabilidade crítica. A guerra deverá acelerar transformações estruturais em três áreas principais. Nas capacidades militares, sobretudo na defesa antimíssil e anti-drones, de forma a reduzir a sua dependência de protetores (leia-se, dos EUA). Nos investimentos em corredores

¹⁰ Benaim, D. and Ewers, E. (2026) “America and the Gulf Still Need Each Other”, Foreign Affairs, 8 de maio. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/united-states/america-and-gulf-still-need-each-other> (Acedido em: 16 de maio 2026).

¹¹ Hass, R., Kim, P.M., Sun, Y., Wilder, D. and Wright, T. (2026) “Beijing’s approach to the conflict in Iran and its implications for China”, Brookings, 5 de maio. Disponível em: <https://www.brookings.edu/articles/beijings-approach-to-the-conflict-in-iran-and-its-implications-for-china/> (Acedido em: 16 de maio 2026).

logísticos alternativos ao Golfo Pérsico, anulando a estratégia do Irão de tentar controlar a navegação, através do Mar Vermelho e do Oceano Índico e nas ligações ferroviárias regionais. Na transição para energias renováveis, que assumirá uma dimensão de segurança e não apenas de diversificação económica. Nestas áreas, a China poderá ter um ganho, se conseguir ultrapassar as inimizades regionais e for o maior parceiro dos investimentos. Em qualquer caso, o futuro dos Estados do Golfo dependerá da sua capacidade de restaurarem a imagem de segurança, reduzirem a dependência do Estreito de Ormuz e adaptarem-se a um sistema internacional mais fragmentado e instável.

O conflito no Irão e as repercussões estratégicas no Mediterrâneo

Corina Lozovan

Investigadora e Doutoranda

Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa

O conflito entre os Estados Unidos da América (EUA) e o Irão, em 2026, acelerou a reconfiguração estratégica do Mediterrâneo, expondo a dependência europeia dos corredores marítimos que ligam a Europa ao Golfo e ao Indo-Pacífico. A instabilidade no Estreito de Ormuz e no Mar Vermelho agravou vulnerabilidades energéticas, económicas e securitárias. À luz desta realidade, o Mediterrâneo representa simultaneamente um desafio geopolítico para a Europa e uma oportunidade geoeconómica de conectividade euro-afro-asiática.

A reconfiguração dos corredores estratégicos

A guerra na Ucrânia obrigou a Europa a repensar o seu modelo de abastecimento energético, acelerando a procura de alternativas ao gás russo e aprofundando a dependência dos fluxos provenientes do Golfo. Simultaneamente, o conflito contribuiu para a fragmentação do espaço eurasiático, reduzindo a viabilidade estratégica das ligações terrestres através do território russo. Neste contexto, os corredores energéticos, as infraestruturas logísticas e as linhas de conectividade passaram a assumir uma importância crítica como instrumentos geoeconómicos e geopolíticos. O conflito entre os Estados Unidos e o Irão veio reforçar esta tendência, expondo a vulnerabilidade europeia face à instabilidade nas artérias marítimas que ligam o Golfo Pérsico e o Oceano Índico ao Mediterrâneo.

Sob esta ótica, o espaço mediterrânico readquire relevância geoestratégica, afirmando-se como um eixo de ligação entre a Europa, o Médio Oriente e o Indo-Pacífico. Recorde-se, a este propósito, que a atual conjuntura evoca uma dimensão histórica na qual, durante o século XVI, Portugal controlou pontos marítimos como Ormuz e Malaca, estruturando uma rede de conectividade entre Lisboa, Goa e os mercados asiáticos. Apesar das diferenças de contexto estratégico, a importância dos estrangulamentos marítimos mantém-se como um fator estrutural da ordem internacional contemporânea.

Paralelamente, observa-se uma mudança gradual do centro de gravidade geoeconómico para a região do Sul da Ásia. Neste âmbito, iniciativas como o IMEC (Corredor Económico Índia-Médio Oriente-Europa) procuram consolidar uma lógica de conectividade assente no sul da Europa, servindo como uma artéria comercial entre a Península Arábica, a Índia e o ecossistema europeu. Em corolário, Estados como a Grécia reposicionam-se como polos logísticos e marítimos da conectividade, enquanto o Chipre reforça a sua função como ponto de vigilância e apoio militar. Por sua vez, a Turquia procura capitalizar a disrupção regional através da promoção de corredores terrestres alternativos no Cáucaso e na Ásia Central, afirmando-se como um ator energético cada vez mais influente na nova ordem emergente.

A instabilidade periférica e as assimetrias regionais

Na margem sul do Mediterrâneo, o conflito teve impactos distintos, tanto económicos como securitários. A volatilidade dos mercados energéticos e a perturbação das cadeias logísticas agravaram as vulnerabilidades estruturais em vários Estados da região. O Egito foi diretamente afetado devido ao bloqueio do Ormuz, sendo um dos países mais dependentes do crude oriundo do Golfo. O aumento dos custos de importação energética e alimentar exacerbou as pressões fiscais e inflacionistas internas, elevando o risco de instabilidade social e política. Já a Tunísia enfrenta um cenário ainda mais frágil, visto que a sua dependência externa está associada à limitada capacidade financeira do Estado. Esta situação acentua o risco de deterioração socioeconómica e de intensificação dos fluxos migratórios irregulares em direção à Europa.

Ao invés, os produtores energéticos como a Argélia e os segmentos da economia líbia beneficiaram do aumento dos preços dos hidrocarbonetos. No entanto, num contexto de debilidades de governação, o reforço das receitas energéticas não eliminou as tensões latentes nem se traduziu em maior estabilidade política, demonstrando que a segurança financeira temporária não resolve fraturas políticas crónicas.

Neste cenário regional, Marrocos tem consolidado a sua posição como polo estratégico entre África, o Atlântico e o Mediterrâneo. O investimento contínuo em infraestruturas logísticas, como o complexo portuário de Tãnger-Med, reforçou a integração marroquina nas cadeias de abastecimento euro-mediterrânicas e aprofundou a interdependência logística com a Península Ibérica. Apesar do impacto global da disrupção marítima, Rabat preservou a capacidade de adaptação e solidificou o seu papel como um parceiro essencial para a estabilidade do Mediterrâneo.

Mediterrâneo: uma âncora para a Europa?

A crise no Irão revela uma assimetria profunda na perceção de risco entre as duas margens do Atlântico. Enquanto a visão norte-americana tende a enquadrar o conflito numa lógica de reconfiguração do Médio Oriente e de contenção das ambições nucleares iranianas, para a Europa os impactos são mais imediatos e diretamente associados à sua estabilidade interna. A inflação energética, a insegurança marítima e a pressão migratória afetam a sua segurança económica e política.

Este descompasso transatlântico agravou as divergências entre vários Estados europeus e Washington, nomeadamente no apoio político e na utilização de bases militares para as operações no Golfo. A prudência estratégica espanhola ilustra esta tensão, refletindo a atenção à margem sul e a preocupação com os efeitos políticos de uma escalada prolongada no mundo árabe. Esta postura distingue-se de abordagens mais centradas na dissuasão militar e assenta na perceção de que a estabilidade mediterrânica exige instrumentos políticos, económicos e securitários integrados.

A Itália, por sua vez, assumiu uma abordagem mais expedicionária e logística. A participação em operações navais no Mar Vermelho e o impulso do Plano Mattei procuram posicionar Roma como um

ator central no espaço do Mediterrâneo, através da proteção das linhas de abastecimento e do reforço das parcerias energéticas africanas.

Face a esta realidade, a crise poderá representar uma oportunidade estratégica para os restantes países da Europa do Sul. Para além de Itália e Espanha, a Grécia e Portugal também partilham vantagens geográficas, históricas e diplomáticas que lhes permitem reposicionar o Mediterrâneo não como periferia instável da União Europeia, mas como uma bacia de interligação segura entre várias regiões. Para tal, será necessário aprofundar as parcerias com os países árabes e norte-africanos, investir em infraestruturas portuárias através da Global Gateway e reforçar mecanismos de cooperação política e marítima.

Por conseguinte, o objetivo não deverá ser uma autonomia estratégica entendida como retração defensiva, mas uma presença geopolítica ativa. Deste modo, ao revitalizar um Mediterrâneo ancorado na interdependência, a Europa projeta a sua influência como ator transregional, integrando a conectividade no seu poder geoeconómico.

Pressão na Europa, tensão no norte de África e um possível “novo Irão”. O impacto da guerra no Médio Oriente sobre o Mediterrâneo

Cátia Bruno
 Editora Internacional
 Observador

“O Mar Mediterrâneo, com os seus variados ramos que penetram o grande Continente (...), separa e liga as três divisões do Velho Mundo.” Estas palavras são do historiador Theodor Mommsen e foram escritas no século XIX. As três divisões a que o alemão se referia eram nada mais nada menos do que três continentes: Europa, Ásia e África. Dois séculos mais tarde, a impossibilidade de destrinçar estas regiões mantém-se.

A atual guerra que opõe os Estados Unidos da América (EUA) e Israel ao Irão coloca a nu essas ligações e apresenta-se como um risco para a economia e a segurança de quase todos os países banhados pelo Mediterrâneo. A começar pela gigante Turquia, agora afetada pelo confronto que envolve o seu vizinho e histórico inimigo – desde o tempo dos impérios otomano e safávida – o Irão.

Apesar da animosidade entre os dois países, Ancara tem optado por se colocar numa posição de neutralidade, tentando promover-se como mediadora de uma guerra que tem um potencial desestabilizador para o regime de Recep Tayyip Erdoğan, a começar pela questão curda. Consciente disto, o presidente turco tudo fará para projetar uma imagem de força; e, sabendo que não existem vazios em geopolítica, a Turquia pode vir precisamente a tentar ocupar o espaço deixado por um Irão enfraquecido. As declarações recentes, quer de líderes turcos quer israelitas, antecipam um possível confronto futuro entre a Turquia e Israel – onde políticos como Naftali Bennett recorrem à expressão “um novo Irão” para se referirem a Ancara. As consequências de uma tal rivalidade são imprevisíveis, embora o mais provável seja que o confronto permaneça militarmente contido: afinal, a Turquia tem o maior Exército da NATO e Israel continua dependente do apoio norte-americano.

Mas um cenário de crispação deixaria os EUA numa posição difícil, em particular esta administração, que assenta o seu vínculo à região na relação pessoal entre Recep Tayyip Erdoğan e Donald Trump. As ações turcas também têm o potencial de deixar a União Europeia numa posição comprometedoras. Desde o início da guerra do Irão que Ancara tem assumido uma posição mais musculada no mar Egeu, promovendo a sua doutrina da Pátria Azul, recebida com forte contestação por parte da Grécia – que, curiosamente, é uma das principais aliadas europeias de Telavive.

A Europa é, sem dúvida, um dos atores que ocupam uma posição delicada na sequência da eclosão do conflito no Irão, não só devido ao equilíbrio que tem de manter entre Estados-membros como Grécia e Chipre em relação à Turquia, mas também devido à sua dependência energética, que se agravou com o fecho do Estreito de Ormuz.

Vejamos os casos de Itália e Espanha. Dez por cento do gás importado por Roma vem do Qatar e grande parte do fornecimento está agora bloqueado depois de a QatarEnergy ter declarado *force majeure* para interromper alguns dos seus contratos. O executivo de Giorgia Meloni procura alternativas e parece ter encontrado uma na Líbia, com a perspectiva de aumentar o fluxo que chega pelo gasoduto Greenstream. No final de março, Meloni também viajou para a Argélia, numa tentativa de negociação

para reforçar o abastecimento oriundo daquele país. Espanha é outro país que procurou em Argel soluções para lidar com a crise energética e quer reforçar o gasoduto de Medgaz.

Não é, por isso, de admirar que um responsável do FMI, Roberto Cardarelli, tenha definido a Argélia e a Líbia como “vencedoras” no contexto da guerra no Irão. Mas a dependência europeia destes dois regimes traz potenciais riscos. Do lado líbio, o país formalmente dividido em dois governos – mas, na prática, liderado pelo general Khalifa Haftar – ganha uma possível arma de chantagem sobre países como a Itália. Já a Argélia, agradada com as recentes posições pró-Palestina do governo espanhol, procura o apoio de Madrid, tendencialmente mais próxima de Marrocos, na questão do Saara Ocidental. Atenta, Washington imiscui-se na política do norte de África, tentando promover um acordo de reunificação na Líbia e a alienação da Frente Polisário na Argélia.

Outro país fortemente afetado é o Egito, economicamente dependente do investimento dos países do Golfo e um dos maiores importadores de trigo do mundo. Num país onde o pão é um dos principais bens de consumo, e que mantém uma história de instabilidade política ligada ao descontentamento social, o risco de a pressão popular aumentar é tremendo. Já Marrocos – um dos principais produtores de fertilizantes do mundo, que vê agora o seu abastecimento de matérias-primas em risco – tem eleições marcadas para setembro e os seus partidos islamistas atacam certamente a proximidade do governo a Israel.

Estes cenários projetam uma sombra sobre a União Europeia, em particular porque a situação económica terá tendência a fazer acelerar as migrações em direção a norte. Dois dados para ilustrar este risco: na Tunísia, em resposta a inquéritos, quase metade da população afirma querer sair do país; na Argélia, o desemprego jovem está nos 26%; na Líbia, há muito que o general Haftar controla os fluxos migratórios. A tendência acentua-se, como mostram os dados da Organização Internacional para as Migrações (OIM) que dão conta de que este ano já morreram mil pessoas a tentar atravessar o Mediterrâneo – um aumento de 150% face ao período homólogo de 2025.

Todos estes fatores permitem-nos concluir que a guerra no Irão está a operar transformações no Mediterrâneo que podem levar a um aumento

da instabilidade para todos os países. O risco de conflitos militares no Egeu e entre a Turquia e Israel, por exemplo, existe. Os regimes do norte de África, assustados com o potencial de uma nova Primavera Árabe, estão atentos ao humor das populações. E entre um aumento do fenômeno migratório e uma maior dependência energética, os países europeus preparam-se para mais atos de equilíbrio no futuro.

No meio de tudo isto, outros atores estão naturalmente à espreita. Dos drones fornecidos ao general Haftar aos acordos energéticos com a Argélia, a China posiciona-se no norte de África. E a Rússia também não está adormecida: em abril, Vladimir Putin levantou a possibilidade de criar um “hub de energia e cereais” no Egito. A guerra pode ser no Médio Oriente, mas as suas consequências chegam longe.

Mais rápido ou mais lentamente, as três divisões do Velho Mundo que se encontram no Mediterrâneo reconfiguram-se.

A Síria entre Fragmentação Interna e Interesses Internacionais

Paula Pereira
Assessora de estudos - IDN

A 8 de dezembro de 2024, o regime de Bashar al-Assad foi deposto, no seguimento da ofensiva liderada pelo grupo Tahrir-al-Sham (HTS) (Organização para a Libertação do Levante). Após 13 anos de guerra civil e 56 anos de um regime autoritário liderado pela família Assad, a Síria entrou num processo de transição política. O governo de transição liderado por Ahmed al-Sharaa enfrenta grandes desafios económicos, sociais e políticos, tanto internos como internacionais. Devido à sua localização geoestratégica no Mediterrâneo oriental, situada na confluência de múltiplos corredores de natureza étnico-religiosa, energética e comercial, a Síria assume uma relevância estratégica significativa para as potências regionais e internacionais.

Fragmentação interna: a questão curda e as minorias

A principal linha de fratura interna da Síria pós-Assad opõe o governo às Forças Democráticas Sírias (FDS), a coligação de predominância curda que administra o nordeste do país no quadro da

Administração Autónoma do Norte e Leste da Síria (Rojava). Parceiras dos Estados Unidos na luta contra o Estado Islâmico, as FDS afirmaram o seu compromisso com a democracia e aspiram a uma solução de autonomia ou descentralização num Estado sírio unificado – uma ambição que Damasco e Ancara rejeitam categoricamente neste momento.

As tensões entre o governo de transição e as FDS escalaram de forma significativa no final de 2025 e início de 2026. Em janeiro de 2026, o governo sírio lançou uma ofensiva militar no nordeste do país, recuperando o controlo de várias zonas não curdas que estavam sob a administração das FDS. Os combates causaram deslocamentos massivos de civis e reacenderam os receios sobre a proteção das minorias. Um acordo de cessar-fogo, assinado em janeiro de 2026 entre al-Sharaa e Mazloum Abdi, líder das FDS, estabeleceu os termos para a integração de alguns combatentes curdos em brigadas especiais do exército nacional, representando um passo frágil, mas relevante em direção à unificação das forças militares.

Para além da questão curda, a Síria enfrenta outras linhas de fragmentação. A comunidade drusa das províncias meridionais de Suedia reivindica autonomia e proteção e chegou a solicitar intervenção estrangeira – em particular israelita – para garantir a sua segurança. As populações alauitas das zonas costeiras mantêm relações de desconfiança profunda com o novo poder central, dado o papel que esta comunidade desempenhou no regime de Assad e as represálias de que foi alvo após a sua queda. O autoproclamado Estado Islâmico continua a representar uma ameaça residual, mas real, como foi demonstrado pelo ataque perpetrado em Aleppo, na véspera de Ano Novo de 2026.

A esta pluralidade de atores armados acresce a ausência de uma força militar nacional única e coesa. O governo interino não possui ainda o monopólio legítimo da violência que caracteriza os Estados consolidados, o que torna o território sírio simultaneamente um espaço de competição interna e um vazio de poder que potências externas procuram preencher.

Os interesses internacionais: uma disputa pelo futuro sírio

A Turquia é, de todas as potências regionais, a que exerce uma influência mais direta e mais constante

sobre o território sírio. Ancara apoia o governo de transição de Damasco e opõe-se firmemente às aspirações de autonomia dos curdos sírios, invocando os vínculos entre as FDS e o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), classificado como organização terrorista, nomeadamente pelos Estados Unidos e pela União Europeia. A Turquia mantém uma presença militar no norte da Síria, apoia grupos armados árabes, numa estratégia orientada para impedir a consolidação de uma entidade curda autónoma na sua fronteira sul. O Parlamento Europeu classificou estas operações como incompatíveis com o direito internacional humanitário.

Israel conduziu numerosos ataques aéreos e terrestres sobre a Síria desde dezembro de 2024, visando infraestruturas militares, arsenais de origem iraniana e, mais recentemente, depósitos de material de origem turca. Expandiu ainda a sua presença nas províncias meridionais, violando o acordo de 1974 relativo aos Montes Golã – uma ação, também ela, condenada pelo Parlamento Europeu. A lógica israelita assenta na contenção do Irão e na prevenção de qualquer rearmamento da Síria que possa representar uma ameaça às suas fronteiras. A rivalidade Israel-Turquia no espaço sírio constitui um fator de instabilidade crescente.

Os Estados Unidos, sob a administração Trump, adotaram uma política de apoio condicional ao governo de transição, reconhecendo a Síria como área de influência turca e renovando os esforços de retirada das suas tropas do território. Em julho de 2025, Trump assinou a ordem executiva que levantou as sanções norte-americanas contra a Síria, um gesto significativo de abertura diplomática. Washington perspetiva a reconstrução Síria como um campo de disputa estratégica contra a influência da China, da Rússia e do Irão.

A União Europeia tem procurado reposicionar-se como parceiro relevante. Em maio de 2025, levantou as sanções económicas impostas desde 2011; em maio de 2026, restaurou o Acordo de Cooperação UE-Síria de 1977 e realizou o primeiro diálogo político de alto nível com as autoridades de Damasco. A UE condiciona o seu envolvimento ao respeito pelos direitos humanos e ao caráter inclusivo da transição. Bruxelas critica igualmente as operações militares turcas no norte da Síria e a presença militar israelita a sul, instando ao respeito pela soberania e integridade territorial sírias.

A queda de Assad representou um revés estratégico considerável para o Irão e a Rússia, países que, durante mais de uma década, sustentaram o regime mediante apoio militar, financeiro e diplomático. A influência iraniana na Síria foi drasticamente reduzida, enfraquecendo o chamado “eixo da resistência” que Teerão projetava para o Líbano e o Iraque. A Rússia, por sua vez, perdeu o seu principal ponto de apoio no Mediterrâneo oriental, embora mantenha bases militares no país, cuja situação futura permanece incerta. A retirada russa de algumas instalações, no início de 2026, pode ser indicativa do declínio progressivo da influência de Moscovo numa Síria que se reorienta estrategicamente. Contudo, o facto de a Rússia necessitar de redirecionar as suas forças, devido ao conflito com a Ucrânia, poderá ter contribuído para a sua retirada parcial da Síria.

Crise humanitária e imperativo de reconstrução

Em 2026, cerca de 15,6 milhões de sírios necessitam de assistência humanitária urgente e mais de 90% da população vive abaixo do limiar de pobreza. A destruição de infraestruturas em várias cidades criou uma dependência crónica de ajuda internacional. A Organização das Nações Unidas tem alertado para o facto de a reconstrução síria ser indispensável para a estabilidade regional, dada a pressão que o conflito exerce sobre o Líbano, a Jordânia e a Turquia. O levantamento das sanções internacionais é um passo necessário, mas a captação de investimento estrangeiro exige condições de segurança e previsibilidade política que não estão asseguradas até ao momento.

A Síria apresenta-se atualmente como um Estado em construção num ambiente de extrema adversidade. A fragmentação interna – territorial, étnica, religiosa e militar – persiste como obstáculo estrutural à consolidação de um poder central legítimo. A convergência de interesses externos divergentes transforma o país num espaço de disputa geopolítica que dificulta qualquer projeto coerente de reconstrução nacional. O governo de Ahmed al-Sharaa enfrenta o desafio de edificar um Estado a partir de uma base de poder com raízes num movimento islamista radicalizado num contexto em que as expectativas das minorias são elevadas e a “paciência” internacional é limitada. A alternativa à estabilização, com a participação das várias comunidades que compõem o território sírio, é a fragmentação permanente – cenário que ainda não pode ser totalmente excluído.



idn Instituto
da Defesa Nacional

Calçada das Necessidades, 5, 1399-017

Lisboa

Tel +351 211 544 700

idn.publicacoes@defesa.pt